

**Aprovada na reunião plenária de 14.07.2020**  
(Aprovada por unanimidade pelos membros presentes)

Ata nº 17

Ao terceiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte, pelas onze horas reuniu em vídeoconferência, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), criado pelo Decreto-Lei n.º 49/2016, de 23 de agosto, de acordo com o previsto na Base VII da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Relatório sobre “Necessidades locais da população perante a pandemia Covid-19: a perceção da Juntas de Freguesia”
2. Projeto “Agenda da Juventude para a Saúde 2020-2030”
3. Covid-19: ponto de situação

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes elementos:

Henrique Barros - Presidente do CNS

Isabel Loureiro - Vice-Presidente do CNS

Maria da Piedade Líbano Monteiro - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger - APSA

José Manuel Boavida - Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal - APDP

Joaquina Castelão - Federação Portuguesa das Associações das Famílias de Pessoas com Experiência de Doença Mental - Familiarmente

Sofia Crisóstomo - Grupo de Activistas em Tratamentos - GAT

Ana Maria Fonseca - Ordem dos Enfermeiros

Carlos Cortes - Ordem dos Médicos (membro suplente)

Ema Paulino- Ordem dos Farmacêuticos (representação de Ana Paula Martins)

Paulo Melo - Ordem dos Médicos Dentistas (representação de Orlando Monteiro da Silva)

Graça Raimundo - Ordem dos Nutricionistas (representação de Alexandra Bento)

Telmo Mourinho Baptista - Ordem dos Psicólogos

Eduardo Azevedo - Região Autónoma dos Açores

Mário Rodrigues - Região Autónoma da Madeira

Alfredo Monteiro - Associação Nacional de Municípios Portugueses

Pedro Pita Barros - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Alexandre Castro Caldas - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Dina Carvalho - Comissão Permanente de Concertação Social

Óscar Gaspar - Comissão Permanente de Concertação Social ((representação de CIP e em substituição de João Almeida Lopes)

Sílvia Rodrigues - Comissão Permanente de Concertação Social (representação de Paulo Duarte)

Estiveram ainda presentes os peritos Isa Alves, José Carlos Gomes e Teresa Leão.

O Presidente do CNS deu início à sessão e agradeceu a presença dos Conselheiros. Comentando que se tinham realizado algumas reuniões extraordinárias num curto espaço de tempo, dada a situação pandémica que se vivia, seria um bom sinal se a atual reunião fosse a última.

Antes de se passar à ordem de trabalhos foram aprovadas por unanimidade as atas das reuniões de 20 de março e 30 de abril.

De seguida, Henrique Barros contextualizou o relatório sobre “Necessidades locais da população perante a pandemia Covid-19: a perceção da Juntas de Freguesia”, que foi elaborado em função das respostas de cerca de 800 respostas das Juntas de Freguesia. Observou que o documento já tinha sido discutido na reunião anterior e que o representante das freguesias, embora não estivesse presente, tinha acompanhado todo o processo, quer do inquérito, quer da elaboração do respetivo relatório.

Isabel Loureiro questionou se alguém teria algum comentário a acrescentar ou alteração a fazer. Sofia Crisóstomo mencionou que o documento refletia a discussão da última reunião, sendo da mesma opinião Piedade L. Monteiro e Joaquina Castelão, que comentaram respetivamente as poucas respostas obtidas e os poucos pedidos de apoio em determinadas áreas como a violência

doméstica, casos de pobreza envergonhada e o acréscimo considerável de pedidos ao banco alimentar, reconhecendo a necessidade de uma articulação intersectorial.

Henrique Barros entendeu que era necessário acrescentar um sumário executivo, genérico, propondo que José Carlos Gomes elaborasse o documento final, que depois de circular e obter aprovação de todos os Conselheiros seria enviado à Sra. Ministra da Saúde e também aos ministérios envolvidos: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Ministério da Administração Interna e divulgado no site do CNS e na comunicação social.

Não havendo qualquer objecção à metodologia proposta, deu a palavra a Isabel Loureiro para apresentar o segundo ponto em agenda: o projeto “Agenda da Juventude para a Saúde 2020-2030”.

A Vice-Presidente fez um enquadramento sucinto, referindo que o projeto inicial “Dia Mundial da Saúde: Uma Agenda da Juventude para a Saúde na Próxima Década (2020-2030)”, em parceria com a DGE, fora suspenso devido à situação de pandemia pela COVID-19, tendo o CNS e o CNE adaptado essa iniciativa ao contexto atual, para se focar na preocupação e reflexão dos jovens sobre a situação que se estava a atravessar. Constatou que havia sensibilidade e interesse das escolas em participar, reforçando a ideia de dar continuidade a esse trabalho.

Passou a palavra a Isa Alves para apresentar a iniciativa que acabara por ter sido desenvolvida e o relatório conseqüente, que por sua vez, informou que tinham proposto à comunidade escolar que refletisse sobre a questão:

No contexto atual de pandemia pelo COVID-19, o que posso fazer pela minha saúde e bem-estar, bem como pela saúde e bem-estar da minha família, amigos e comunidade?

Deu parte de que tinham sido recebidos 50 vídeos, realizados por 15 escolas e participantes a nível individual e adicionalmente mais quatro vídeos do Projeto Geração 21 e dois vídeos a título individual, que os vídeos tinham sido inseridos ao Canal de YouTube do CNS e divulgados no Facebook, entre o dia 07-04-2020, Dia Mundial da Saúde, e o dia 25-05-2020.

Terminou, lembrando que os resultados da iniciativa já tinham sido partilhados pondo-se à disposição para responder a alguma questão.

Acrescentou que faria sentido dar continuidade a esse projeto, voltando a envolver as escolas e os jovens, em parceria com a DGJ e o CNE, num estudo mais aprofundado e que uma proposta de Agenda poderia incluir um questionário baseado em grupos focais.

Isabel Loureiro, concordando, disse que não desistira da ideia de uma Agenda, usando o que já estava construído e analisando os conteúdos dos materiais que receberam.

De forma geral, os Conselheiros felicitaram a iniciativa levada a cabo, quer pela adaptação feita, quer pelo resultado obtido e teceram algumas considerações:

Piedade L. Monteiro achou positiva a dispersão geográfica da maioria das escolas que responderam, mas negativa a escassa representatividade de um número considerável de escolas de Lisboa, entendendo que era dar continuidade ao projeto, não desperdiçando o trabalho feito e que poderiam ser os jovens a fazer a agenda.

Sofia Crisóstomo, por sua vez, manifestou surpresa pelas respostas obtidas com os vídeos, lançou o repto de ampliar a página do CNS no Facebook, observou que o MS e a DGS deveriam ter em consideração esta auscultação aos jovens e que também poderia ser um contributo para o PNS, que deveriam desenvolver os canais de participação, com um maior número de pessoas, com grupos focais, mas também com outros contributos das redes sociais e que o inquérito poderia ser dirigido também a outros grupos.

Lembrou a chamada de atenção do presidente da UNICEF, a propósito do Dia Mundial da Criança, de que as crianças não tinham sido ouvidas na pandemia e no regresso às escolas.

Sílvia Rodrigues achou muito interessante dar continuidade ao projeto e aproveitar uma perspetiva mais qualitativa dos resultados obtidos, nomeadamente em relação às diferenças geográficas. Acrescentou que seria um desafio para o CNS que, ao dar continuidade e ao aprofundar o trabalho já desenvolvido, pudesse agregar e entusiasmar outras escolas.

Telmo M. Baptista questionou o grau e o sentido de participação desta campanha a que Isabel Loureiro respondeu que seria no sentido de construção com os jovens, que o projeto inicial sofrera um ajustamento com foco na Covid-19, mas que se calhar haveria condições para lhe dar

uma amplitude diferente e mais abrangente. Assim e nesse sentido, iria ser enviado um documento aos Conselheiros para colher contributos e sugestões. Terminou considerando que o ideal seria informar as escolas em julho, para o projeto ser integrado nos respetivos planos de ação, que geralmente decorrem entre julho e setembro.

Alfredo Monteiro mencionou ser a favor do alargamento da participação às escolas da área metropolitana, que representavam  $\frac{1}{4}$  da população do País, com uma faixa significativa de jovens.

Manifestou a disponibilidade da ANMP e com certeza da ANAFRE para sensibilizar os municípios e as estruturas locais, para essa intervenção nas escolas, lembrando não só a relação próxima que têm, mas também as suas competências a esse nível.

Sofia Crisóstomo lembrou que durante as férias, as juntas desenvolviam muitas atividades, estando muito próximas das escolas e dos jovens.

Isabel Loureiro sublinhou a importância dos municípios e das juntas de freguesia na área de participação com os jovens.

Joaquina Castelão falou ainda nos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), principalmente na região de Lisboa e que teria interesse em fazer essa divulgação e passar essa informação, a que Isabel Loureiro observou que nem sempre se valorizava essa estrutura social e o seu papel na rede social, tendo Alfredo Monteiro lembrado que o presidente do CLAS é o presidente da câmara.

De seguida o Presidente pediu para se debruçarem no próximo ponto em agenda, a situação da Covid-19, achando importante fazer um balanço de quase 3 meses, num “roadmap” da situação, desde o seu início.

Considerou que o CNS devia fazer uma reflexão desse tempo vivido e fechar esse ciclo, emitindo um pensamento que espelhasse as visões e vivências dos diferentes grupos representados, mas ao mesmo tempo uniforme e coeso.

Sugeriu assim, que se formassem grupos de trabalho por sectores de atividade, como forma de agilizar o processo de análise, mas também para captar uma visão mais coerente e uniforme das diversas áreas de participação e de resposta nas diferentes fases da pandemia: que ponderassem como estavam preparados, como a viveram, o que aprenderam e como estavam preparados para o futuro. Desses documentos sectoriais, seria elaborado um único documento, a apresentar em julho, que expressasse o pensamento do CNS nesta matéria.

Na generalidade, os Conselheiros sentiram a necessidade de reforçar a confiança das pessoas nas instituições de saúde e de acesso a uma informação transparente e fiável.

Algumas opiniões se manifestaram:

Carlos Cortes iniciou a sua intervenção agradecendo e cumprimentando o poder local cujo trabalho desenvolvido nestes meses considerou valioso, excepcional no apoio e nas condições de liderança, essenciais para uma resposta capaz, concluindo que, sem esquecer o trabalho fundamental do SNS e do sector privado e de todos os outros intervenientes, teve a noção da importância do Poder Local.

Entendeu que refletir sobre a Covid-19 era importante, observando que ainda não terminara, que o momento era de união na resposta à pandemia, que houvera muitas falhas na preparação, que mais tarde seria preciso apontar, não para contestar, mas para lançar pistas para o futuro, manifestou a disponibilidade da Ordem dos Médicos para colaborar com as outras Ordens, dando o contributo sectorial como sugerido.

Disse estar preocupado com a resposta atual do SNS e a imagem que as pessoas tinham, com o adiamento de consultas e cirurgias, na gravidade de muitos doentes não estarem a ser diagnosticados. Frisou a necessidade de transmitir a mensagem de que as instituições de saúde eram um lugar seguro, que as pessoas tinham que voltar às consultas e aos tratamentos, sem esquecer o sector privado, que neste momento era fundamental. Sublinhou que agora a preocupação primária era para todas as doenças que não eram Covid-19, que as equipas para Covid-19 e não Covid-19 mantinham-se, com circuitos internos distintos e com os recursos humanos e materiais necessários.

Conclui que o CNS podia reforçar a mensagem de segurança às pessoas para voltarem às consultas e que a página do CNS no Facebook, era uma fonte de divulgação de transmissão de mensagens muito importante.

Alexandre Castro Caldas constatou que o problema da epidemia crescera desmesuradamente, abafando todos os outros, que as próprias instituições de saúde afugentaram as pessoas quando as deveriam tranquilizar e que os profissionais de saúde tinham que mudar as mensagens.

Joaquina Castelão reforçou que a mensagem das unidades locais de saúde (ULS) continuava a afastar o cidadão e na maioria, a adiar a marcação de consultas. Referiu que a Ordem dos Médicos tem apelado às pessoas que devem procurar os hospitais, não adiar consultas, tratamentos e cirurgias, mas lembrou que para aceder às especialidades, a porta de entrada é através das ULS Piedade L. Monteiro, ao concordar, destacou a agudização dos problemas oncológicos, a falta de apoio às pessoas mais velhas no acompanhamento das consultas.

Henrique Barros anuiu, comentando que era preciso reumanizar os cuidados de saúde prestados e que as pessoas tinham medo em voltar aos serviços de saúde por se sentirem desamparadas.

Telmo M Baptista reforçou as intervenções anteriores, entendendo que era necessário ajustar as mensagens de acordo com as etapas que se vão sucedendo. Explicou que com a ameaça da pandemia, se criaram novos hábitos que eram difíceis de manter por muito tempo, que era preciso dizer o que estava a ser feito no combate à pandemia e para proteger as pessoas, aumentando a sua resiliência, que não havia retorno à normalidade anteriormente conhecida, que a ameaça continuava latente e que era preciso um ajustamento.

Referiu dois documentos publicados pela Ordem dos Psicólogos Portugueses que iria partilhar, sobre a preparação das pessoas para uma nova normalidade, o reforçar dos comportamentos adquiridos e ainda não limitantes, o fundamentar o ajustamento de mensagens e o regresso faseado às atividades profissionais e sociais.

Henrique Barros considerou que os serviços de saúde precisavam não só de informar os utentes como deviam proceder, de como se estavam a preparar para a Covid-19, mas também em relação a outros problemas de saúde.

José Manuel Boavida concordou com esta perspetiva, considerando que não tínhamos só uma onde Covid-19; que uma 2ª onda seriam as situações urgentes que não estavam a ser tratadas, uma 3ª onda as complicações das doenças crónicas por não estarem a ser tratadas e uma 4ª onda os problemas de saúde mental, com impacto em todas as outras doenças. Achou que o Governo não tinha uma cabal compreensão da complexidade de resposta à pandemia.

Reforçou que era preciso estabelecer estratégias, até para combater a questão do medo, lembrando o papel das linhas telefónicas para o exterior e que diferenciar os hospitais em hospitais Covid-19 e hospitais não Covid-19, poderia facilitar essa situação.

Questionou ainda se o CNS não se deveria manifestar contra a intervenção abusiva do sector económico nas questões de Saúde, achando que a competência técnica da DGS tinha sido posta em causa, ao fazer um rectificativo ao Dec-Lei 20/2020, onde definiam a lista de doenças com direito a faltas justificadas e teletrabalho, no âmbito do seu dever especial de proteção, onde se excluía as pessoas com diabetes e hipertensão.

Deu parte de que a APDP ao aguardar o resultado da apreciação parlamentar requerida por PSD, PCP e BE do decreto-lei retificado, esperava que fosse reconsiderada a exclusão desses doentes crónicos do regime de teletrabalho.

Entendeu ainda que a comunicação social estava a passar uma mensagem de medo, que as crianças, os jovens e as pessoas mais velhas não podiam continuar fechadas em casa, que era preciso adotar um discurso diferente.

Referiu também que desde o fim de abril que não tinha acesso aos dados da DGS, mas que outras instituições os recebiam, achando que deveriam ser fornecidos oficialmente ao CNS.

Considerou que o CNS sairia reforçado se estivesse representado formalmente pelo seu Presidente nas reuniões técnicas realizadas no INFARMED, a que Henrique Barros comentou que a sua presença era mais para ouvir e não para intervir e que uma presença formal enquanto presidente do CNS teria algumas vantagens, mas também desvantagens.

A propósito, Henrique Barros disse acreditar pouco na informação que estava a ser divulgada, porque os dados não estavam a ser recolhidos, não havia tempo, que em 40% dos casos declarados não se sabia a data de início de sintomas e ainda o universo dos assintomáticos de não havia dados, mas que era necessário dar razões às pessoas para confiarem no sistema de saúde.

Pedro Pita Barros confirmou que também não tinha recebido mais dados de Saúde, desde essa altura, observou que havia um problema da qualidade do trabalho que se fazia com os dados disponíveis, que não sendo um papel do CNS, fazia falta um “selo de qualidade” nas análises realizadas e que esse problema também se verificava a nível internacional

Ana Maria Fonseca considerou muito importante esta fase de consciencialização das pessoas, na necessidade de haver confiança nos serviços de saúde, que os profissionais de saúde saíram reforçados, sem qualquer dúvida, mas que agora também era preciso ter confiança nos serviços, que havia aspetos controversos nas medidas apontadas, além do que as pessoas estavam muito preocupadas com a quantidade de restrições e limitações impostas, nomeadamente no turismo. Disse que ia partilhar com todos os membros do Conselho o documento que a Ordem dos Enfermeiros enviara à Sra. Ministra da Saúde “Proposta de medidas para a fase de transição - Covid-19”

Óscar Gaspar reforçou estar de acordo com a retoma das atividades, sublinhando que era necessária confiança e transparência na comunicação, que, na perspetiva do CIP, era essencial reabrir a área da economia e o turismo, sem esquecer o foco na preocupação com a Saúde.

Referiu ainda que os próximos tempos iriam ser muito complicados, com um longo caminho a percorrer e que perante o número tão significativo de cirurgias e consultas adiadas, considerava muito importante acionar um plano de emergência, que permitisse introduzir uma certa normalidade nos cuidados de saúde e na atividade hospitalar, apesar dos condicionamentos existentes, inclusivamente no que respeita à gestão de espaços.

Em relação aos grupos de reflexão sobre a Covid-19, concordava com o proposto, questionando como se iriam agrupar.

Henrique Barros achou que a forma mais simples e mais lógica, seria formarem grupos conforme os sectores profissionais representados, dando como exemplo o as Ordens Profissionais, um outro sector de prestação e resposta social, sugerindo que Óscar Gaspar coordenasse esse grupo, mas salientou que era apenas uma proposta, organizar-se-iam e articular-se-iam como entendessem ser mais válidos os seus contributos. Isabel Loureiro concluiu que a ideia seria juntar os documentos elaborados pelos diferentes grupos num só documento que refletisse o pensamento de todos, para apresentar um documento final em julho

Dina Carvalho, José Manuel Boavida e Ema Paulino manifestaram vontade de participar no grupo do sector de prestação e resposta social.

Ema Paulino deu ainda a conhecer a preocupação com a não comparência das pessoas para fazer os seus tratamentos farmacológicos em hospital de dia e a necessidade de transmitir segurança na farmácia comunitária.

Henrique Barros levantou ainda questão da telemedicina, a ideia de poder contactar os profissionais de saúde através do telefone, quer na perspetiva do utente ou na do profissional, entendendo que era uma alternativa a explorar e que agilizava os contactos não presenciais.

Paulo Melo felicitou os contributos do Conselho, referiu que a Ordem dos Médicos Dentistas tinha a mesma preocupação, com a ida às consultas, que a telemedicina surgia como uma competência que era preciso aprimorar. Mostrou disponibilidade para colaborar na proposta que o Presidente apresentara.

Também Graça Raimundo considerou que fazia sentido as Ordens Profissionais constituírem um grupo por terem problemas semelhantes e comuns, que os nutricionistas encaravam a telemedicina como um desafio, que embora não fosse benéfico para todos os utentes, era vantajoso perante a dispersão do país e a dificuldade de irem a todos os hospitais.

Henrique Barros concluiu que, com a participação das pessoas nos Diários da Pandemia, estimava-se que cerca de 95% das pessoas sentiram necessidade de cuidados de saúde geral e tiveram que os adiar.

Alfredo Monteiro fez um balanço a curto e próximo prazo, dizendo que a participação da ANMP tem efetivamente sido muito importante, como Carlos Cortes referira, que a intervenção do poder local tem sido em articulação com a DGS, que na semana passada estivera numa reunião com o Governo tendo sido apontada preocupação de ter uma visão nacional, em questões como habitação, modelos de realojamento e precariedade das pessoas, para responder com equidade e aplicar medidas em sintonia com as orientações da DGS; considerou inacreditável que

determinadas doenças como a diabetes tivessem sido excluídas de algumas medidas de apoio; que era necessário dar resposta às doenças crónicas; que era preciso uma campanha de segurança que levasse as pessoas aos serviços do SNS; que era essencial um investimento em Saúde e que era uma prioridade um fundo de recuperação para 2020 para investimento em Saúde, combate ao desemprego e retoma da economia

A seguir Henrique Barros lançou outra questão que o preocupava, sobre a aplicação de meios digitais para o rastreio de contactos; fez saber que gostaria de debater esse assunto e se seria preferível agendar para a próxima reunião.

Telmo Mourinho Baptista considerou ser um assunto muito importante para ser ainda discutido na presente reunião e que ainda não sabia o que estava a ser considerado, Sofia Crisóstomo alvitrou que se poderia convidar alguém da INESC TEC, a instituição detentora do projeto, para dar uma explicação.

Henrique Barros explicou que existiam aplicações altamente intrusivas, mas a que tem estado a ser considerada em Portugal e na Europa, estava conforme os critérios impostos pela Comissão Europeia; tratava-se uma aplicação (app) para smartphones que deveria garantir a privacidade dos dados de todos os cidadãos e apenas seria instalada por quem decidisse fazê-lo. Mencionou que iria mandar um draft da Escola de Saúde Pública da Europa sobre esta matéria e observou que o aspeto que considerava realmente importante era o começo de uma mudança de paradigma e referiu, que era uma questão complexa, mas era preciso ver o lado positivo das coisas e utilizar o que de melhor havia nas tecnologias.

Joaquina Castelão observou que não era só o acesso aos dados que estava em causa, porque a preservação da privacidade era muito relativa e que relativamente às medidas de desconfinamento, a disparidade de critérios, sem uma linha de orientação para o reinício de atividades fazia perder confiança nos decisores.

Pedro Pita Barros entendeu que havia problemas importantes de garantia de privacidade dos utilizadores de uma app de rastreamento digital, de acesso e de utilização, mas também levantava outras questões, como estarem disponíveis modelos diferentes e a sua compatibilidade, questionando se o benefício de saúde pública que pretendia alcançar, não seria possível por outras vias, concluindo que eram precisos termos de referência para promover a discussão do tema.

Alexandre Castro Caldas foi de opinião de que se tratava de um tema que teria forçosamente de ser discutido no CNS. Alertou para um desregulamento das relações sociais, que o desconfinamento gerava insegurança no próximo, considerando um paternalismo social perante uma responsabilidade que deveria assentar nos comportamentos dos indivíduos, não se tratando, no seu entender, apenas de uma questão de guardar ou não os dados das pessoas, mas que era uma maneira de estar e um comportamento que se incorporava.

Findas as intervenções, o Presidente do CNS declarou que faria circular um conjunto de documentos para um debate mais informado na próxima reunião do CNS, que iriam, entretanto, propor os grupos de reflexão sobre a problemática da Covid-19 para iniciarem os respetivos trabalhos e poderem apontar para um documento final do CNS em finais de julho.

Nada mais havendo a tratar, foi a presente reunião encerrada, pelas 13h00.